

Então, se a gente espera duas semanas para esse faseamento. Se eventualmente a gente saiu da bandeira laranja, hoje para amarela, a gente não vai decretar já que estamos na bandeira amarela e flexibilizar um distanciamento menos seletivo. Não, a gente espera duas semanas, até porque a gente tem noção de que esses dados têm notificações que podem ser mais atrasadas, como a notificação até mesmo de óbito.

Então, a gente conta com esse retardo, esse *delay* aí, em termos de notificação e de informação, para que a gente tenha o maior rigor para flexibilização.

Então, não existe nenhuma tendência ainda que a gente evolua para a bandeira verde. Existe uma tendência para evoluir para a bandeira amarela, mas a gente ainda se encontra na laranja, de risco moderado.

E, por último... O último eu esqueci. Desculpa.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - A sua participação na decisão das escolas.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - E nos protocolos que estão sendo desenvolvidos.

A SRA. FLÁVIA REGINA PINHO BARBOSA - Sim. Perfeito. A gente está em direto contato com a subvigilância aqui, que é a subsecretária Cláudia Mello. A gente tem feito esse protocolo. A gente tem, a gente pode, inclusive, depois da finalização, a gente disponibilizar. Isso é realmente bastante importante. Vai se tornar público. O que a gente solicitou ontem do secretário foram especificamente quais são as áreas que poderiam ser utilizadas de polo, para que a gente pudesse monitorar esses profissionais de saúde, já que a gente não vai ter RH e nem a TI com equipamentos de proteção individual para que a gente possa traçar isso em todas as escolas estaduais. Ele ficou de nos fornecer esses subsídios técnicos para que a gente consiga finalizar esse processo de orientação, de retomada, e a gente disponibiliza isso com certeza aos senhores.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Reitero o convite, que eu vou encaminhar formalmente, quinta-feira, audiência pública da Comissão de Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputado Waldeck Carneiro.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Presidenta Martha Rocha, deputadas, deputados, senhoras e senhores, dra. Flávia Regina Pinho, eu também serei muito breve. Em primeiro lugar, sem voltar novamente a abordagem que, enfim, já foi feita por outros que me antecederam, sobre as circunstâncias e as motivações que levaram à criação dessa secretaria extraordinária que vossa senhoria hoje conduz, ocupa, eu queria simplesmente perguntar o seguinte: tem demérito algum ao esforço de trabalho feito pela senhora e por sua equipe, a senhora acha mesmo que esse trabalho precisaria ser desenvolvido numa secretaria especial? Esse conjunto de atividades não poderiam perfeitamente ser desenvolvidos dentro da Secretaria de Estado de Saúde, qualquer que fosse a forma de organização da secretaria, se fosse necessário instituir, ainda que temporariamente, uma instância, um núcleo, um setor específico? Qual é a sua visão a esse respeito, sem fazer aqui juízo de valor sobre o trabalho que vem sendo feito por vossa senhoria e sua equipe? Em segundo lugar, na esteira do que perguntou agora o deputado Flávio, que quase me contemprou sobre a pergunta relacionada ao retorno às aulas no Estado do Rio de Janeiro - deputada Lucinha também trouxe essa questão - tem dois aspectos que eu queria aqui trazer. Um, eu considero muito importante que a senhora estabeleça diálogo, se é que já não estabeleceu, com o Conselho Estadual de Educação. Porque existe uma coisa no Rio de Janeiro, na verdade na legislação educacional brasileira, que são sistemas de ensino. E o sistema estadual de ensino abrange as escolas estaduais, mas também abrange as escolas particulares de ensino fundamental, de ensino médio, sobre as quais a Seduc não tem jurisdição. Quem tem é o Conselho Estadual de Educação, que inclusive está discutindo... Eu recebi neste final de semana uma minuta, que me foi enviada pela presidenta do Conselho Estadual de Educação, que aliás deixou o cargo esta semana, porque cumpriu o seu período de mandato, mas o conselho está discutindo uma minuta relativa a um protocolo de retorno.

Então, acho que valeria a pena que a sua secretaria estabelecesse um *link*, uma conexão com o Conselho Estadual de Educação. E sobre a pergunta que o Flávio fez, que me contempla, mas já há um detalhamento já... Vou dizer de maneira mais precisa. Já há itens constitutivos desse protocolo de retorno, que já estão consolidados na análise de você, itens específicos? A senhora podia dizer alguns, se for possível?

A SRA. FLÁVIA REGINA PINHO BARBOSA - Deputado, agradeço as colocações. Quanto a essa questão de secretaria ou subsecretaria, eu acho que, nesse momento, o meu papel aqui, uma vez indicada para esse cargo, eu tenho tentado fazer um papel com seriedade e transparência. Eu acho que a nossa secretaria trouxe um benefício grande junto à Secretaria Estadual de Saúde, porque a gente conseguiu de forma transversal unir, unificar e compilar todas as informações que eram mais soltas, que são feitas, trabalhadas, atualizadas, mas muito soltas. E isso era uma questão muito frequente em termos de solicitações, até em audiências públicas, Ministério, tudo o mais, porque eram dados que não existiam na mão, e a gente conseguiu talvez trazer isso de uma forma transversalizando aí as informações, unificando. A gente conseguiu unificar e homogeneizar melhor.

Então, acho que sim. Tem o seu papel. Em relação à questão da educação, sim. Nós vamos fazer esse *link* com o conselho estadual, a gente está à disposição. A gente tem trabalhado diretamente com o secretário de educação, mas acho que isso é de extrema importância. E eu vou levar essa demanda até mesmo junto ao secretário. A gente já tem uma reunião até para a próxima terça-feira, e eu vou ver se a gente já pode convidá-los para participar dessa reunião conosco. É óbvio que a gente entende da demanda do sistema particular também, que tem as questões econômicas envolvidas. Muitas famílias deixando de pagar a escola porque não tem, a princípio, só para o próximo ano.

Então, é óbvio que a gente vai disponibilizar para isso. E, uma vez a gente... Mais uma vez, como eu disse para o deputado Flávio, uma vez a gente tendo as orientações do nosso secretário de educação em relação a onde a gente poderia monitorar, quais são os funcionários, a média de idade deles e tudo, a gente vai junto à vigilância fazer isso. Mas, a princípio, o que a gente tem traçado, distanciamento.

Então, a alternância de turnos de aulas, com uma redução da capacidade de pelo menos um terço, mantendo um distanciamento de um metro, dando prioridade aos alunos do terceiro ano, porque a gente sabe que até mesmo por conta de questões até de ingresso em faculdades, isso é de extrema importância. Tem a questão do concurso do Enem em janeiro.

Então, essa é a prioridade. A questão da climatização dos ambientes, a questão do uso controlado e fiscalizado de vestiários, da distribuição de merenda, os profissionais usando *face shield*, máscara, com um cuidado maior de lavagem e sanitização adequada dos alimentos e da própria higiene pessoal.

Então, enfim, é uma enorme lista de recomendações que eu tenho certeza que a gente disponibiliza para os senhores aqui, sem problema algum. Agora, só lembrar que, quanto à nossa secretaria, se é uma subsecretaria ou secretaria, a subsecretaria não existia. Eu vim mesmo com o papel de enfrentamento ao Covid. Ela teria que ser montada, essa subsecretaria, para que a gente pudesse fazer o papel que a gente tem feito.

Então, foi uma questão de um movimento interno que aconteceu. E, uma vez tendo sido disponibilizado esses cargos, essas gratificações e esses cinco, seis cargos que a gente compõe, é que me foi colocado para assumir essa gestão. Mas eu acho que isso a princípio não trouxe o maior ônus para o sistema.

É isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Eu quero agradecer à dra. Flávia e dizer que nós não temos dúvidas da sua competência, não temos dúvidas da sua dedicação. Mas o fato é que a manutenção desta secretaria, se estivesse sendo ocupada por Flávia, por Martha, por qualquer outra, ela existe para justificar uma decisão anterior, que foi uma decisão de, diante da exoneração do secretário Edemar,

o designar para um outro cargo. A senhora está exercendo muitíssimo bem a sua função e nós temos clareza disso pela sua exposição. Ninguem tem dúvida disso. O nosso olhar é um olhar com base em tudo aquilo que já foi ouvido nessa comissão e que nos permite dizer isso.

Eu quero muitíssimo agradecer à dra. Flávia, agradecer a todos que estão presentes, à TV Alerj; quero dizer que nós temos, já na semana que vem, a designação de duas datas. Estamos tentando localizar os representantes legais tanto da Unir quanto da OZZ; e já temos também deliberado aqui a oitiva do atual secretário e de um servidor do Corpo de Bombeiros, indicado pela deputada Enfermeira Rejane que, me desculpe, eu esqueci o nome, mas já está deliberado. Provavelmente, haverá outras deliberações. Até o deputado Renan Ferreirinha fez essa solicitação.

Então, eu queria, rapidamente, só para deixar já deliberado, dizer que a dra. Flávia pode se ausentar, agradecendo, pode fechar, se assim o desejar, mas só colocar aqui três solicitações do deputado Renan Ferreirinha para já deixarmos deliberado. Um é do dr. Pozzan. Acho que os senhores vão se lembrar. Dr. Roberto Pozzan é subsecretário-geral de saúde. Ele foi quem deu a notícia à dra. Mariana e dito que teriam armado contra ela. Então, vão se lembrar bem dessa fala da dra. Mariana.

A outra é da dra. Maria Ozana Gomes, que era superintendente de compras de Gabrieli Neves. Então, seria importante ouvi-la, lembrando aqui que houve liberação de restos a pagar pela Unir, feita pela Fundação Saúde. Eu estou verificando quem foi o ordenador de despesas e aí eu vou colocar depois em votação.

Por último, o advogado Antônio Vanderler de Lima, que o próprio deputado Renan Ferreirinha fez uma pergunta específica: ele seria um consultor, correto, deputado Renan Ferreirinha? Ele seria um consultor da Unir que teria estado, inclusive, numa reunião em que foi tratado isso. Essa pergunta foi feita especificamente pelo deputado Renan Ferreirinha. Não sei se ele quer complementar.

O SR. RENAN FERREIRINHA - Presidente, são duas pessoas aqui também. Primeiro, agradecer aqui também demais à presidente Martha Rocha por aceitar essas sugestões aqui para a gente botar em votação. São duas pessoas. São dois advogados importantes. Eu não sugeri ainda o outro, que é o Bertoldo, que tem tudo a ver com a questão do labas e que o ex-secretário Fernando Ferry afirmou que esteve presente com o governador; e tem o advogado Antônio Vanderler de Lima, que foi amplamente noticiado na presença tendo o papel fundamental na requalificação do instituto Unir. É sabida também a proximidade dele também com o governador. São duas pessoas diferentes, mas a pergunta que eu fiz, à época, foi sobre o Bertoldo.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Vamos incluir os quatro, por favor - só um minutinho, dra. Flávia -, Roberto Pozzan, Maria Ozana, Antônio Vanderler e o Roberto Bertoldo.

Só um instantinho, dra. Flávia.

Vamos colocar em votação os quatro, por favor.

Como vota o deputado Luiz Paulo?

O SR. LUIZ PAULO - Favorável, presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Como vota o deputado Dr. Deodalto?

O DR. DEODALTO - Favorável, presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Como vota o deputado Dionísio Lins?

O SR. DIONÍSIO LINS - Favorável, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Como vota o deputado Renan Ferreirinha?

O SR. RENAN FERREIRINHA - Favorável, presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Como vota o deputado Pedro Ricardo?

Tem que liberar o som, deputado Pedro Ricardo.

Como vota a deputada Lucinha?

A SRA. LUCINHA - Favorável, presidente Martha Rocha.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Como vota a deputada Enfermeira Rejane?

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Favorável, deputada Martha Rocha.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Como vota o deputado Valdecy da Saúde, o primeiro a chegar no dia de hoje?

O SR. VALDECY DA SAÚDE - Favorável, deputada presidente. Parabéns pelo trabalho, parabéns a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputada Mônica Francisco.

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Favorável, presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputado Flávio Serafini.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Favorável, presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputado Pedro Ricardo.

O SR. PEDRO RICARDO - Favorável, presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Obrigada.

Então, aprovadas as quatro convocações.

Pois não, dra. Flávia.

A SRA. FLÁVIA REGINA PINHO BARBOSA - Não, eu só queria agradecer a oportunidade de estar aqui, de falar um pouco da nossa secretaria. Eu só temo um pouco em relação a... A secretaria, nesse momento de pandemia ainda que existe, ela ser extinta, pela qualidade do trabalho que será feito. Nesse momento ainda acho que ela é de extrema importância e necessidade, para unificar os dados junto à Secretaria Estadual de Saúde. Eu acho que é de extrema e fundamental importância no momento.

Me coloco à disposição, sempre. A gente está aqui com muita transparência e os meus contatos estão aí. Eu vou disponibilizar a apresentação, os boletins; e esse painel Covid é atualizado também quinzenalmente, mas eu posso... De repente, a gente ver como eu posso fazer essa disponibilização de imediato e direta aos senhores. Estou à disposição. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Pedir desculpas que eu acho que eu não colhi o voto da deputada Mônica Francisco. Colhi seu voto, deputada?

A SRA. MÔNICA FRANCISCO - Sim, sim, já, e foi favorável.

O SR. PEDRO RICARDO - O meu é favorável também, presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Registrado.

O SR. PEDRO RICARDO - Tive um problema aqui, mas favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Obrigada.

Dra. Flávia, todos os deputados que se encontram aqui têm apreço e respeito pela ciência. Então, pode ter absoluta certeza que, apesar da divergência dos nossos olhares em relação à secretaria, todos que aqui estão têm respeito e apreço pela ciência e ficamos muito felizes com a sua dedicação e a sua competência.

A SRA. FLÁVIA REGINA PINHO BARBOSA - Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Bom, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada, agradecendo a presença de todos, à TV Alerj, à assessoria e àqueles que nos assistem pela TV Alerj.

Muitíssimo obrigada e um bom dia a todos.

COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE

E COMISSÃO ESPECIAL INSTITUÍDA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MÊDIDAS RELATIVAS À SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19), CRIADA PELO ATO "E"/GP Nº 40/2020.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA

Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e vinte, às dez horas e dezoito minutos, via Plataforma Zoom (videoconferência), reuniram-se as Comissões em epígrafe, sob a Presidência, em ambas da Senhora Deputada Martha Rocha e contando com a presença do Senhor Deputado Doutor Deodalto, membro das duas Comissões, pela Comissão de Saúde das Senhoras Deputadas Enfermeira Rejane, Mônica Francisco e Lucinha e dos Senhores Deputados membros da Comis-

são Especial Renan Ferreirinha - Relator, Luiz Paulo, Flavio Serafini, Pedro Ricardo, Jorge Felipe Neto e Marcio Pacheco. Além dos acima mencionados, participou da reunião o Senhor Deputado Carlos Macedo. Presentes, também, os técnicos do TCE, Senhores Jorge Eduardo Salgado Salles, Andre Cirne de Paula e Jeferson Luis Terroso Corrêa. Havendo número regimental, a Senhora Presidente apresentou a justificativa da ausência do Senhor Deputado Valdecy da Saúde e deu por abertos os trabalhos, comunicando que já se encontrava online o advogado Doutor Marcus Velhote de Oliveira, Diretor-Executivo do INSTITUTO UNIR SAÚDE - UNIR, a quem solicitou um relato sobre as atividades da empresa UNIR no Estado do Rio de Janeiro e há quanto tempo vem operando no Estado. Em sua resposta ele citou as Unidades de Pronto Atendimento - UPAs sob a gestão da empresa, os nomes do Diretor Financeiro, Senhor Luiz Claudio Costa, citando que ele é o verdadeiro gestor; do Diretor-Médico Doutor Bruno Kopke, o Presidente do Conselho, Senhor José Carlos Rodrigues e da Diretora Jurídica, Doutora Ana Cristina. Em seguida, a Senhora Presidente concedeu a palavra aos demais Deputados presentes, tendo participado da arguição os Senhores Deputados, Renan Ferreirinha - Relator, Luiz Paulo, Jorge Felipe Neto, Lucinha, Mônica Francisco, Enfermeira Rejane, Doutor Deodalto, Carlos Macedo, Pedro Ricardo, e Márcio Pacheco, que arguíram o convocação sobre diversos assuntos tais como doações de campanha ao Governo do Estado feitas pela empresa; relacionamento com os Senhores Mario Peixoto e Vinicius Peixoto, com as empresas ATRIO e IA-BAS, informações sobre a desqualificação e a requalificação da empresa; quem o indicou para o cargo; a licitação do Lote 8; seu relacionamento com o Senhor Maurício Rodrigues, a missão e história da empresa; sua remuneração, entre outros. Como as respostas deixaram muito a desejar, pois o convocado afirmou estar em quarentena e nunca ter participado efetivamente da gestão da empresa, atribuída por ele somente ao Diretor-Financeiro, e que limitava-se somente a assinar os documentos que lhe eram apresentados, sem a preocupação de analisá-los, confiando plenamente na sua legalidade, fala essa que gerou uma indignação dos todos os Deputados presentes, tendo a Senhora Presidente afirmado sua estranheza, por ser ele um profissional do mundo jurídico e não ter a preocupação de resguardar as suas ações, agindo com total falta de zelo. Dando por encerrada a oitiva, a Senhora Deputada Martha Rocha, em prosseguimento, colocou em votação as propostas que lhe foram apresentadas que, em votação, foram todas aprovadas por unanimidade. Após, nada mais havendo a tratar, franqueou a palavra, e como não houvesse mais quem dela quisesse fazer uso, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Reunião, cujo inteiro teor está contido nas notas taquigráficas em anexo e, para constar, eu Sueli G. da Rocha Santos, matrícula nº 201.657-4, Secretária *"ad hoc"*, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Em 20 de julho de 2020. (a) Sueli G. da R. Santos - Secretária *"ad hoc"*. (a) Deputada Martha Rocha - Presidente.

(Notas taquigráficas)

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Às 10 horas e 18 minutos do dia 20 de julho de 2020 na condição de presidente da comissão instituída para acompanhar a situação fiscal, orçamentária e financeira das medidas da Saúde pública de importância relacionada ao corona vírus Covid-19 pelo ato nº 40/2020, e contando com a presença dos excelentíssimos senhores Deputados e Deputadas Luiz Paulo, Renan Ferreirinha, Jorge Felipe Neto, Mônica Francisco, Enfermeira Rejane, Pedro Ricardo, e justificando aqui a ausência do deputado Dr. Deodalto, dou por aberto os trabalhos da 8ª Reunião Ordinária conjunta com o objetivo de ouvir o Sr. Marcus Velhote de Oliveira Presidente do Instituto UNIR Saúde.

Então, mais uma vez bom dia a todas e todos, eu queria começar, Dr. Marcus, pedindo que o senhor fizesse um relato das atividades que são exercidas pelo Instituto UNIR no Estado do Rio de Janeiro e há quanto tempo essa Organização Social vem prestando serviços à área da Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. MARCUS VELHOTE DE OLIVEIRA - Bom, bom dia a todos. Excelência, eu estou na UNIR desde 2018, novembro de 2018. A UNIR mantém contratos de prestação de serviços de gestão das UPAs do Estado. Quando eu entrei, eu entrei em 2018 na função de diretor executivo, então, o objetivo da UNIR é justamente o serviço de gestão das UPAs do Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Quais são as UPAs do Estado que a UNIR está presente?

O SR. MARCUS VELHOTE DE OLIVEIRA - Hoje, nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - E quais eram as que a UNIR trabalhava?

O SR. MARCUS VELHOTE DE OLIVEIRA - A UNIR trabalhava em Campo Grande 1 e 2, Santa Cruz, Nova Iguaçu 1 e 2, Tijuca, Mesquita. agora assim de cabeça não tenho todas para lhe informar; essas eu me lembro.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Todas focadas na Baixada Fluminense?

O SR. MARCUS VELHOTE DE OLIVEIRA - Não, nem todas.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Alguma na cidade do Rio de Janeiro?

O SR. MARCUS VELHOTE DE OLIVEIRA - Uma na tijuca, no bairro da tijuca.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - O senhor poderia precisar qual foi a data da sua chegada ao Instituto UNIR?

O SR. MARCUS VELHOTE DE OLIVEIRA - Janeiro de 2018 como membro do conselho.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Janeiro de 2018? O senhor pode concluir a frase?

O SR. MARCUS VELHOTE DE OLIVEIRA - Como membro do conselho.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Membro do conselho e exercendo a função de diretor?

O SR. MARCUS VELHOTE DE OLIVEIRA - A função de diretor eu comecei a exercer em 05 de novembro de 2018.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - 05 de novembro de 2018. Então, o senhor já estava na função de diretor quando houve a desqualificação, em 16 de outubro de 2019, do Instituto UNIR?

O SR. MARCUS VELHOTE DE OLIVEIRA - Estava.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - O senhor poderia dizer por que houve o processo de desqualificação do Instituto UNIR?

O SR. MARCUS VELHOTE DE OLIVEIRA - Posso, acontece o seguinte, o ano de 2018 o desembolso de verbas da Secretaria para a UNIR foi feita sempre a menor. Então, o que aconteceu? Havia verbas e você poderia fazer investimentos para a troca de equipamentos como ar condicionado. Toda compra que não estava incluída no custeio. Era uma verba que (falha na transmissão sonora) repasse mensal. Esse repasse mensal, todo mês, vinha a menor. O ano de 2018, durante todo o ano de 2018 ele veio a menor. Só a partir de março de 2019 foi que começou a regularizar o desembolso.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Então, o senhor justificava o quê? Que a má prestação de serviço é em razão da questão do desembolso que não era adequado conforme combinado no contrato. É isso?

O SR. MARCUS VELHOTE DE OLIVEIRA - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Agora, uma pergunta. No processo que tramitou na Secretaria de Saúde e também tramitou na Casa Civil, a UNIR foi desqualificada através de uma Portaria, em outubro de 2019. Apesar disso, a UNIR recebeu algumas questões de restos a pagar. Eu queria entender melhor como é que o governo desqualifica uma empresa e, ainda assim, tem todo o cuidado de pagar o que devia. Não que o empresário não tenha que receber. É óbvio que tem que receber, por que essa escolha seletiva de pagar exatamente a uma empresa que, momentos antes, havia sido desqualificada? Eu queria entender isso e lhe perguntar se houve algum pedido específico para esse pagamento, se esse pedido tramitou em algum processo administrativo e quem foi o interlocutor no governo do Estado para fazer esse pagamento.